

## DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

**PROCESSO: 32.205.000049.2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**RECORRENTE: PROJECTE – ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA.**

**RECORRIDO: PREGOEIRO**

### **I- DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade do recurso, averiguando se o mesmo foi interposto dentro do prazo previsto no Edital. Neste sentido, os itens 12.1, 12.2 e 12.3.1 dispõem que:

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, por força do art. 32, IV, da Lei nº13.303/2016, combinada com art. 189 da Lei nº 14.133/2021, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, independentemente se o recurso impugnar este ato ou o julgamento das propostas.

A empresa **FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO** teve sua proposta aceita no dia 15/04/2025 e foi declarada vencedora do certame na data de 29/04/2025.

A empresa **PROJECTE – ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA** manifestou intenção de recorrer da habilitação das propostas às 09:24 de 07/04/2025.

Foi aberto o prazo para juntada de razões até o dia 06/05/2025, conforme sistema.

A empresa **PROJECTE – ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA** apresentou recurso no dia 06/05/2025 às 11:06:11, dentro do prazo previsto. Sendo assim, resta claro que foram atendidos todos os prazos, portanto Recurso TEMPESTIVO.

### **II - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

A empresa recorreu da decisão que a inabilitou, alegando que cumpriu todas as exigências editalícias e requerendo sua habilitação.

Alega que não há inexecutabilidade dos valores propostos.



Alega que

*“A documentação de comprovação de qualificação técnica apresentada pela PROJECTE ENGENHARIA contém complexidade, E QUANTITATIVOS, muito superiores ao demandado pelo Edital, e, não há qualquer ilegalidade na referida habilitação da PROJECTE, visto que a CAT 114931/2021 apresentada ao presente CERTAME, possui total compatibilidade ao objeto do Pregão, atendendo ao disposto no item 11.3.4, alínea “a” do Edital.”*

*“o edital não exige FORMALMENTE, EM NENHUM DOS SEUS ARTIGOS, ITENS OU EM SEUS ANEXOS, NEM MESMO NO TERMO DE REFERÊNCIA, uma quantidade mínima específica de qualquer tipo de serviço, NEM, TAMPOUCO, EXIGIU COMPROVAÇÃO DE QUANTITATIVOS DE INSERÇÃO DE VERTICES NO SIGEF.”*

Alega, ainda, que

*“Ora, a decisão acima da EMPAER (Figura 2) não merece prosperar, pois fere o princípio da IMPESSOALIDADE, vez que não se embasou em itens e determinações do EDITAL, e nem em lei ou dispositivos infralegais, mas tão somente em SENTIMENTO E PERCEPÇÃO DO ANALISTA (DESTAQUES EM AMARELO), situação inédita, e que inovou a legislação. Inclusive, o próprio analista DESCREVE EM SEU PARECER, que seria necessário uma melhor análise sob o tema, o que não foi feito pela área jurídica da EMPAER.”*

*Vejam que as exigências editalícias, item 11.3.4 (COPIADO ACIMA, NO ITEM III DESSA PEÇA RECURSAL), que tratam de habilitação técnica, sequer se faz referência ao SIGEF, o mesmo ocorre com o item 16.2.4 do termo de referência, que trata da Qualificação Técnica, CUJAS EXIGÊNCIAS SÃO IDENTICAS AO ITEM 11.3.4 DO EDITAL, e nenhuma faz referência ao SIGEF INCRA.*

Alega

*A título de esclarecimento, o Engenheiro ALEXANDRE JOSE VILLAGA DOS SANTOS, é Analista em Desenvolvimento Regional da CODEVASF, com credencial XLGV no SIGEF, e era, à época do Contrato vinculado a CAT 114931/2021, o supervisor na CODEVASF do pessoal de campo da Projecte, sendo ele quem recebia os dados e relatórios dos serviços executados, e que tinha a incumbência de inserir os dados no SIGEF, com apoio dos Engenheiros da Projecte, POR TER VINCULO FORMAL COM A CODEVASF e o empreendimento Mirorós ser de responsabilidade daquela Autarquia.*

Alega que

*somente poderá exigir das licitantes a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato. TAIS ASPECTOS FORAM AMPLAMENTE COMPROVADOS PELA PROJECTE ENGENHARIA.*

Alega, ainda, que

*não havendo a definição de parcelas de maior relevância no Edital 0006/2024 e seus anexos, pode-se tomar como referência, os resultados e produtos esperados para a contratação, previstos no item 14 do Termo de Referência*

Aduz que,

*Não é lógico que a área técnica da EMPAER, que definiu os serviços como de natureza comum, e não como serviços de engenharia, faça exigências não definidas no Edital e que remetam ao CREA (conselho de Engenharia), destoando da legislação vigente e promovendo assim, uma licitação direcionada e não isonômica, EM PREJUÍZO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*



*NÃO HAVENDO DEFINIÇÃO NO EDITAL DE CRITÉRIOS OBJETIVOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DE PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA, o entendimento PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA deve considerar a determinação constitucional prevista no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, segundo a qual a Administração somente poderá exigir das licitantes a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato*

Ante o exposto pugna-se pela regularidade da documentação apresentada PELA PROJECTE, ressaltando-se que existem amplas EVIDÊNCIAS PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS pela Projecte que corroboram sua expertise na área do objeto da licitação.

Requer, ao final, sua plena habilitação no certame e a homologação da referida licitação, DECLARANDO-SE A PROJECTE ENGENHARIA VENCEDORA DO PREGÃO 0006/2024.

### III- DAS CONTRARRAZÕES

O edital prevê em seu item 12.8 que:

*12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.*

A Comissão constatou que as contrarrazões ao recurso foram apresentadas pela FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO dentro do prazo previsto, conforme estipulado no sistema.

Neste, em relação ao recurso apresentado pela PROJECTE, afirma que

*“A PROJECTE – ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA encontra-se inconformada com a sua inabilitação, trazendo questões já detalhadas e justificadas nos pareceres apresentados por essa comissão, sendo desnecessário por parte da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME, aprofundar em questões e alegações da apelante em relação ao julgamento da sua inabilitação pela comissão dessa licitação”.*

### V- DA ANÁLISE DO RECURSO

Os argumentos trazidos pela recorrente, relacionadas a parte técnica da análise da documentação, foram encaminhadas para análise e considerações da Equipe técnica responsável, que emitiu o parecer acostado aos autos e anexo a esta decisão.

Apesar de inicialmente a empresa Recorrente ter sido considerada habilitada, com base no Parecer técnico emitido. Após o recebimento dos recursos interpostos, reanalisando a documentação apresentada, a equipe técnica revisou a decisão anteriormente proferida, entendendo que não teria sido preenchido a capacidade técnica para um dos núcleos do objeto, que é a certificação de imóveis rurais, o que foi prontamente atendido pela Pregoeira, que decidiu por seguir o entendimento técnico. Apesar das alegações, o entendimento técnico foi pelo não atendimento às exigências editalícias.

Não há o que se considerar acerca da Exequibilidade da proposta levantada pela Recorrente, vez que sua inabilitação não guarda relação com a exequibilidade de sua proposta. A proposta foi considerada exequível, tendo sido a recorrente considerada inabilitada por outros motivos expostos na decisão anteriormente proferida.



Não há o que se falar sobre os quantitativos de comprovações apresentados, vez que, conforme já mencionado, o Edital não previu quantitativo mínimos. A Recorrente foi inabilitada por não apresentar NENHUMA comprovação de certificação de imóveis rurais.

Apesar de alegar que a documentação apresentada dos profissionais Talita Aragão e Hugo Fernandes contemplarem quantitativos maiores que o mínimo exigido no Edital, não comprova a capacidade técnica para a certificação de imóveis rurais, um dos núcleos do objeto deste certame.

Em relação ao desrespeito aos princípios da impessoalidade por parte do analista técnico, não há o que ser discutido. Os termos utilizados em seu parecer “Ao nosso sentir” ou “Salvo melhor análise” são apenas formas de expressão. O analista técnico realizou a análise dos documentos com base no Edital e seus anexos, considerando todas as exigências técnicas ali dispostas. Não se pode deduzir ou concluir, apenas por palavras usadas. Inclusive, em alguns ramos profissionais é muito comum a utilização dessas expressões, mas não é por conta delas que o parecer técnico deve ser considerado pessoal e ser desconsiderado para a análise desta licitação. O parecerista técnico agiu com respeito, ética e profissionalismo, realizando a análise da documentação conforme previsto em Edital e seus anexos. Aqui não se pretende beneficiar ou favorecer nenhum dos licitantes, mas tão somente realizar a análise e o julgamento de forma justa e imparcial, conforme critérios disposto no processo.

Conforme explanado pela equipe técnica, analisando o Edital, pode-se constatar que de fato o Edital dispõe claramente qual o objeto do certame e quais são os objetivos com o contrato, inclusive vincula o pagamento à certificação dos imóveis rurais, que atualmente se dá no âmbito do SIGEF. Sendo assim, não há o que se discutir a respeito da necessidade e da clareza do Edital sobre a importância e a indispensabilidade da certificação de imóveis rurais.

Caso a EMPAER procedesse com a análise e julgamento da Recorrente, desconsiderando a necessidade de certificação de imóveis rurais, estaria desta forma desrespeitando o Edital e seus anexos, bem como realizando o julgamento de forma divergente às demais licitantes. A análise e julgamento deve ser realizada conforme Edital e de forma igualitária para todas as licitantes. Portanto, da mesma forma que foram realizadas as análises anteriores, foi realizada a análise da Recorrente e das demais licitantes, sempre seguindo o disposto no Edital e anexos.

Conforme explanado pela própria recorrente, o engenheiro Alexandre José Villaça dos Santos, apontado pela Recorrente como engenheiro por meio do qual comprovaria a certificação de imóveis rurais, é servidor efetivo da CODEVASF, e à época do contrato atuava como supervisor da PROJECTE. Sendo assim, não há como considerar que o profissional sem vínculo algum com a PROJECTE, sendo servidor efetivo da Contratante (CODEVASF) e atuando como supervisor da Contratada (Projecte), apontado como responsável pela certificação de imóveis rurais, seja considerado para comprovação de capacidade técnica da Contratada. Pelo que se pode concluir, a PROJECTE foi contratada pela CODEVASF para realizar trabalho de apoio topográfico, realizando os serviços descritos no Termo de referência e no Contrato com a CODEVASF, oportunidade em que o engenheiro Alexandre Villaça atuou como supervisor do Contrato, e recepcionava a documentação para possível posterior certificação. Conforme todo disposto no parecer técnico, não há como fazer ligação entre Alexandre (detentor de certificação de imóveis rurais) e a PROJECTE, pois o mesmo atuou no Contrato em nome da Contratante e não da Contratada. Ou seja, os documentos apresentados em nome de Alexandre Villaça, mesmo que sejam considerados complementares, não conseguem comprovar a capacidade técnica necessária para a PROJECTE.

Apesar das inúmeras alegações de que a PROJECTE realizou certificação de imóveis rurais, a Recorrente não comprova, conforme exaustivamente explicitado no parecer técnico.



Conforme explanado também no Parecer técnico, bem como analisado o Edital e seus anexos, fica evidente que o Edital foi claro quais serviços são relevantes para o presente processo, qual seja “serviços de cadastro, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais no Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF”, portanto não há o que se discutir.

A Recorrente alega que a equipe técnica está cobrando além do previsto no Edital, mas tal alegação não merece prosperar. Mesmo que tenha constado como serviço comum, não anularia todas as solicitações e obrigações dispostas no Edital. Caso a Recorrente ao tomar conhecimento do Edital, quando de sua publicação, não concordasse com algumas de suas disposições, poderia tê-lo impugnado ou pedido esclarecimento, o que não foi feito. Portanto, o Edital publicado deve valer para todos os licitantes, sem distinção. Não podendo mudar a regra após o início.

Enfim, não se vislumbra problemas no Edital que descaracterize a necessidade de cobrar a capacidade técnica apontada pela equipe técnica.

O objeto da licitação é “prestação de serviços de cadastro, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais no Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF”, conforme pode-se verificar no item 2.1 e 11.3.4 do Edital, bem como no item 1.1 do Termo de Referência. Além disso, manuseando o termo de referência, pode-se ainda confirmar através dos itens 2 (justificativa), 7 (forma de prestação dos serviços), 14 (Da Entrega), 15 (Informações relevantes para o dimensionamento da proposta), dentre outros, todos confirmam ser o presente processo para cadastro, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, não sendo possível alegar que a certificação de imóveis rurais não é considerado parcela de maior relevância.

Conforme explanado pela equipe técnica, os três serviços não se confundem e são complementares. Sem a realização da certificação de imóveis rurais, o objetivo do processo, do contrato e do convênio federal não será atingido.

Em relação ao item 1.2 do Termo de referência, o mesmo se refere a código registrado e disponível no Sistema Gestor de Compras do Estado da Paraíba, onde é escolhido o código mais aproximado e disponível no sistema para o objeto a ser licitado. Não se pode deduzir dessa tabela que a certificação de imóveis rurais não é objeto da licitação, tendo em vista que o objeto do certame está devidamente descrito no item 1.1 do Termo de referência, bem como no item 2.1 do Edital, além de ter sido citado a sua importância e relevância em todos os demais itens, conforme já explanado anteriormente nesta decisão.

Em relação à alegação de que o art. 67, § 3º da Lei 14.133/2021, possibilita a comprovação do conhecimento técnico por outras provas, também não merece prosperar, pois ao verificarmos o artigo em seu inteiro teor, temos que :

*§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, **hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento**. (grifo nosso)*

Ou seja, apenas poderia ser aceito outras provas de comprovação de capacidade técnica, se as referidas possibilidade fossem previstas em regulamento, o que não é o caso. Sendo assim, não há o que se questionar.

De toda forma, a equipe técnica não vislumbrou em nenhum momento a comprovação da capacidade técnica para a certificação de imóveis rurais, um dos núcleos do objeto deste pregão, e indispensável ao cumprimento da licitação, do contrato e do convênio federal.



Sendo assim, em respeito aos princípios da licitação, bem como em respeito ao previsto no Edital e seus anexos, e com base no Parecer Técnico fica considerando que não há razões suficientes para reformar a decisão anteriormente proferida.

#### **V – DA DECISÃO**

Diante do acima exposto, fundamentado no Parecer técnico, bem como confirmando o desrespeito ao item 11.3.4 do Edital, resolve por julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa PROJECTE – ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, mantendo a decisão que a inabilitou do Pregão Eletrônico 006/2024.

**LAYSE NELYE PEDERNEIRAS MOTA**  
**Pregoeira**

